

ACTA Nº. 6

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 29-04-10

Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano dois mil e dez, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência de **Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Senhor **Fernando José Guia Barbosa** e pela Senhora **Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo**, primeiro e segundo Secretários respectivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

Rui Pedro Dias Gonçalves, Rui Vítor Pires Bragança, Maria João Gil Santos Grácio, José Miguel Filipe Baptista, Sérgio Miguel Gil Nunes, Nuno Filipe Januário Nunes e Franco Horta e Esperança Maria Micael Santos. -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

António Isidro das Neves Ferreira Marques, Manuel Mesquita Domingues, Carina Isabel Moura da Conceição Luis e Jaime Manuel Palha Costa. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Maria de Fátima Conde Búzio, Luís Filipe Santos Grácio e Henrique dos Reis Leal. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

António Silvino da Costa Ferreira. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** e em substituição deste, o substituto legal: -----

José Maria Lopes Terra. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**: -----

Manuel Pereira Bilreiro. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores João José Pescador de Matos Fanha Vieira, Paula Maria da Costa Pereira, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde e Carlos Alexandre Zagalo Gouveia. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, começando por dar posse aos elementos convocados para substituir os deputados que solicitaram ausência por período inferior a trinta dias. --

Deu posse a Marisa Sofia Cordeiro Parreira, que substitui o Senhor Mário Eugénio Filipe Duarte, da Coligação Democrática Unitária. -----

Deu posse a Carlos Alberto Pato das Neves, que substitui a Senhora Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, do Partido Socialista. -----

Deu posse a Daniel da Costa Luis, que substitui o Senhor Carlos Manuel Pires Rei Amaro, do Partido Socialista. -----

Informou ainda que, não toma posse mas está naturalmente empossado o Senhor José Maria Lopes Terra, em substituição da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista, que informou antecipadamente que não poderia estar presente” -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respectivas actas avulsas de instalação e dos respectivos juramentos por parte dos novos membros, a Senhora **Presidente da Assembleia** declarou-os investidos nas funções. -----

Continuando no uso da palavra a **Presidente da Assembleia** colocou a acta número quatro à votação: -----

VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO QUATRO -----

A acta número quatro, foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor, sendo nove votos do Partido Social Democrata, quatro votos do Partido Socialista, um voto do Bloco de Esquerda, um voto da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e cinco abstenções, sendo duas do Partido Socialista, duas do Bloco de Esquerda e uma da Coligação Democrática Unitária, por não se encontrarem presentes na referida sessão. -----

Não votou a Senhora Esperança Maria Micael Santos, por ainda não ter comparecido na sessão. -----

Entrou-se de seguida no Período de Antes da Ordem do Dia. -----

A **Presidente da Assembleia** referiu: “ Tenho duas moções que foram distribuídas a todos os membros e solicitava à bancada do Bloco de Esquerda, para as apresentar.” -----

MOÇÃO -----

Saudação aos trabalhadores Portugueses pela passagem do 124º. Aniversário do 1º. de Maio e do seu 36º. em Liberdade em Portugal. -----

1 - No dia 1 de Maio de 1886, com a finalidade de reivindicar a redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias, milhares de trabalhadores manifestaram-se pacificamente nas ruas de Chicago nos Estados Unidos, tendo sido violentamente reprimidos pela polícia, do que resultou várias dezenas de feridos e alguns mortos; ----

2 – Três anos mais tarde o Congresso Internacional de Trabalhadores reunido em Paris, em homenagem à luta dos trabalhadores de Chicago e de todos os trabalhadores do mundo, aprovou uma proposta considerando o 1º. de Maio, Dia Mundial dos Trabalhadores, dia de luto e de luta; -----

3 – Passados 124 anos destes acontecimentos, apesar de conquistada a jornada de 8 horas diárias, na maioria dos países do mundo, os trabalhadores vêm-se na contingência de, na actualidade, terem de resistir e lutar contra a tentativa por parte do patronato, com a beneplácito de vários governos, de aumento da jornada de trabalho; -----

4 – Esta conquista da humanidade, com mais de 100 anos, significou um pequeno mas importante passo, da longa caminhada que teremos de percorrer para sairmos da pré-história das relações humanas; -----

5 – Hoje como ontem, a luta por melhores condições de trabalho e de vida, é determinante na acção colectiva dos trabalhadores, nomeadamente dos jovens trabalhadores, que se vêm considerados peças descartáveis, e para os quais as únicas oportunidades de trabalho são a precariedade e a continuada redução salarial e de condições de trabalho; -----

6 – Também a par da luta civilizacional, por condições de trabalho dignas, os trabalhadores se vêm confrontados por lutar contra o flagelo do desemprego, que hoje representa o maior desafio que as sociedades modernas têm pela frente, quanto à necessidade de proporcionar a todos os cidadãos a respeitabilidade que a condição de trabalhador confere a todos e a todas; -----

Com a aproximação da data histórica e simbólica do 1.º de Maio, a Assembleia Municipal do Entroncamento saúda todos os trabalhadores portugueses --- particularmente os que são nossos concidadãos --- que comemoram esta data, exercendo o seu inalienável direito de lutarem pelos seus direitos.-----
A Assembleia Municipal do Entroncamento presta uma sentida homenagem a todos os que ao longo dos anos fizeram desta cidade de trabalhadores, uma cidade viva, actuante e progressista. -----

Interveio **Luis Grácio**: “Aproxima-se uma data histórica para todos e para todos os trabalhadores a nível mundial e para os portugueses de uma forma muito particular, porque somente há trinta e seis anos se pode comemorar livremente esta data que tem um significado de luta e de luto, pela dignificação dos trabalhadores na sociedade, uma dignificação que vem de uma luta secular, já há mais de cem anos que os trabalhadores lutam por condições dignas de trabalho e por jornadas de trabalho condignas com a sua condição humana. -----

As oito horas de trabalho hoje praticamente generalizadas em todo o mundo, foram arduamente alcançadas com acções de resistência e de persistência da parte de muitos trabalhadores a nível mundial”. -----

Durante a intervenção do Senhor Luis Grácio, compareceu a Senhora Esperança Maria Micael Santos. -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “Tenho duas questões que não influi muito a questão da Moção. -----

Era só para salientar, que este ano comemoram-se cento e vinte anos do aniversário do 1.º de Maio e não cento e vinte e quatro anos. -----

O 1.º de Maio teve lugar em mil oitocentos e noventa, três anos depois daqueles acontecimentos em Chicago que foram em mil oitocentos e oitenta e sete. -----

No ponto quatro da Moção, compreendo a forma como está aqui colocada esta questão do *sairmos da pré-história das relações humanas*, a pré-história das relações humanas eram processos de igualdade, de pequenos grupos que lutavam pela sobrevivência, não mantinham guerras uns contra os outros e portanto, isto pode ser confundido de alguma forma com aquilo que se passa no capitalismo. -----

De facto o capitalismo são relações de desigualdade, que mais tempo menos tempo temos de sair dela e temos que evoluir para uma sociedade mais justa. -----

Não altera em muito o significado.” -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi aprovada por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Passou-se de seguida à segunda Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda. -----

MOÇÃO -----

EM DEFESA DO SECTOR PÚBLICO FERROVIÁRIO-----

O PEC – Programa de Estabilidade e Crescimento prevê a privatização de partes importantes do sector público ferroviário, como a EMEF e a CP Carga. -----

Trata-se de empresas estratégicas e, além disso, no caso da EMEF, com especial incidência no tecido económico e social do Entroncamento. -----

O sector público ferroviário é vital para a actividade económica e para o seu crescimento; é estruturante para um desenvolvimento equilibrado do país. A eventual desarticulação deste sector privará o Estado de um instrumento essencial à defesa do

interesse público na organização e funcionamento da rede de transportes, na economia e no ordenamento do território. -----

Por outro lado, a experiência de fraccionamento e privatização de um sistema ferroviário público, como a ocorrida em Inglaterra, evidencia enormes quebras na segurança dos passageiros e das circulações. Levou, além disso, a fortes ataques aos direitos dos ferroviários e à aniquilação de conquistas sociais, arrancadas em décadas de lutas. -----

Nestas circunstâncias, a Assembleia Municipal do Entroncamento manifesta a sua preocupação relativamente às privatizações previstas no PEC para o sector público ferroviário. -----

Intervio **Henrique Leal**: “ Nós apresentámos esta Moção e tomámos uma iniciativa idêntica no Órgão Autárquico que é a Câmara Municipal, dado de facto o enorme problema e o grande risco que há para o interesse público, a forma como se está a encontrar a estratégia que está a ser utilizada para se encontrar receitas a todo o custo vendendo ou transferindo para o sector privado sectores importantes, fundamentais e estratégicos da nossa economia e da nossa sociedade. -----

Para além de tudo mais, queríamos dizer, que esta estratégia já deu maus frutos noutros países, estou-me a recordar por exemplo da Inglaterra, onde a privatização dos caminhos de ferro foi claramente um desastre, a ponte de se ter iniciado um processo de racionalização e portanto, como diria um camarada nosso, por vezes dizemos, “vão-se os anéis ficamos com os dedos”, neste caso, vão-se os anéis e pior que isso, vão-se também os dedos. -----

Por isso, nós entendemos que neste nosso Entroncamento ferroviário, que devíamos tomar posição em defesa do sector público ferroviário.” -----

Prosseguiu o **Manuel Domingues**: “ Se é certo que o sector ferroviário é um sector muito importante e estratégico, por outro lado, a verdade é que sabemos que é um sector altamente deficitário na sua gestão. -----

Penso também que será importante encontrar formas de minimizar os custos que este sector comporta, por um lado é um sector importante para a vida dos cidadãos, o seu controlo deve estar muito sobre a alçada do Estado, no sector dos transportes sobretudo o sector ferroviário, bem como o sector da Educação ou Saúde, a verdade é que há que também procurar minimizar os seus custos. -----

Não nos parece que a gestão do sector ferroviário até ao momento, tenha sido a mais eficiente. -----

Esta Moção deixa-nos algumas dúvidas, até porque não sabemos o que é que o PEC prevê, não sabemos se aquilo que vai ser feito, vem procurar melhorar este sector ou vem piorar.” -----

Continuou **António Ferreira**: “ é uma questão que diz respeito ao Entroncamento, sobretudo ao nível da EMEF, mas não só, as outras empresas. -----

Chamo a atenção, a EMEF é um exemplo de empresa de excelência, que em tempos de crise soube conseguir contratos de fornecimentos de serviços, até para o estrangeiro, neste momento tem em carteira projectos de trabalhos, duzentos e onze vagões que está a fabricar e outros trezentos e cinquenta e seis encomendados para a Bósnia, Argentina e uma outra série de países, o que envolve cerca de trinta e dois milhões de euros. Portanto, é uma empresa com algum sucesso. -----

Pergunto-me porque é que esta empresa não tem lucros, fizemos essa pergunta através de um deputado nosso na Assembleia da República, e que responderam que a EMEF é detida quase exclusivamente pela CP e portanto, as encomendas que faz, faz

com valores extremamente baixos, valores esses que não dão para cobrir os custos de fabrico, ou da manutenção das intervenções que fazem. -----

Portanto, daí o prejuízo que a empresa tem; que aparece na EMEF, mas devia aparecer no grupo CP, é uma situação que nos preocupa. -----

Quanto à Moção do Bloco de Esquerda, foi aqui referido o processo de privatização destes serviços na Inglaterra, abro só um parêntese para dizer, que o caso das águas na Alemanha, neste momento os municípios estão a comprar novamente aos privados para obterem novamente o domínio das águas, devido aos grandes problemas de abastecimento de água às populações e aos custos elevados para as populações. -----

A Moção do Bloco de Esquerda, aparece um bocado extemporânea, não tenho dúvidas, se a tiver que votar, voto favoravelmente, mas não tenho dúvidas que o PEC vai ter reflexos sobre estes sectores, mas o PEC vai ser legislado medida a medida e também nesta área vai ser legislado e ao estarmos aqui a pressionar para a votação desta moção, nós podemos estar a inviabilizar de futuro uma votação de uma forma diferente aqui nesta Assembleia. -----

Quando os membros desta Assembleia virem os efeitos que estas medidas vão ter sobre o Entroncamento, poderão dizer sim a uma Moção deste tipo. -----

Actualmente, nesta fase, vejo com alguma apreensão a aprovação desta Moção e penso que nesta fase a Moção deve ser retirada, até para não criar uma situação de futuro, das pessoas terem que voltar atrás.” -----

José Baptista referiu: “ Ao atendermos a esta Moção do Bloco de Esquerda, bem sabemos que o Entroncamento tem no seu núcleo central a ferrovia e é de todo o interesse, do grupo parlamentar do Partido Social Democrata que mantenhamos a ferrovia como núcleo central de fonte económica para os cidadãos do Entroncamento. --

Sugiro, em nome da bancada do Partido Social Democrata, que se faça uma ligeira alteração ao texto, no último parágrafo onde diz: “..... *pronuncia-se contra privatizações previstas no PEC*” se passe a ler “ *manifesta o sua preocupação relativamente às privatizações previstas no PEC*”, conseguimos aqui alterar significativamente o contexto e podemos falar de uma possível aprovação da referida Moção.” -----

Pediu a palavra **Henrique Leal**: “ Na discussão deste assunto, em vez de ter sido o Senhor Engenheiro Mesquita, não tenha sido o Senhor Engenheiro Pato das Neves, que estaria certamente melhor informado para discutir e falar da gestão do serviço público ferroviário, nomeadamente a EMEF. -----

Também tenho pena que a Coligação Democrática Unitária não se tenha antecipado e não tenham sido eles os primeiros a apresentar esta Moção ou uma Moção parecida, teria sido mais profícuo para eles e para a sua consciência. -----

Em relação ao Senhor José Baptista, congratulo-me com as suas preocupações acerca do tecido ferroviário do Entroncamento e estamos totalmente de acordo e disponíveis para aceitar a alteração que é sugerida.” -----

Referiu **António Ferreira**: “ Congratulo-me com a proposta do Partido Social Democrata. -----

Era escusada a intervenção que foi feita pelo Bloco de Esquerda.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** referiu:” A Moção será votada e constará no último parágrafo o seguinte: “ *Nestas circunstâncias, a Assembleia Municipal do Entroncamento manifesta a sua preocupação relativamente às privatizações previstas no PEC para o sector público ferroviário.*” -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO -----

A Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda foi aprovada por maioria, com dezassete votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, três votos do

Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e seis abstenções do Partido Socialista. -----

Intervio **José Baptista**: “ Como sabemos, o SIADAP Sistema de Avaliação dos Funcionários da Administração Pública tem vindo a ser falado na comunicação social nos últimos tempos, essencialmente por uma questão que nos é especialmente cara que é a avaliação dos funcionários públicos das autarquias e segundo informações que nos chegaram, o actual governo socialista pretende vir a incutir algumas penas nesse sistema de avaliação, mas vão incuti-las aos dirigentes nas autarquias. -----

O que nos foi passado pela comunicação social durante a passada semana, foi que os autarcas iram ser punidos inclusive com pena de suspensão de mandato se não fizessem a avaliação dos funcionários da administração pública. -----

Venho manifestar-me em nome do grupo parlamentar do Partido Social Democrata, obviamente contra esta notícia e venho dizer-lhes, que caso ela se venha a concretizar, nos vamos manifestar vigorosamente contra ela, porque não podemos admitir que venha o Poder Local a ser prejudicado nesta avaliação, e não venha ao Poder Central que é onde estão a maioria dos funcionários.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “ Nós temos três assuntos para apresentar, eu vou apresentar dois deles e a minha camarada Marisa vai apresentar um terceiro assunto. ----

O primeiro assunto tem a ver com a aprovação recentemente do PIDDAC, em que nós aqui nesta Assembleia manifestamos preocupação em relação à aprovação de uma série de propostas para o concelho o que acontece lamentavelmente é que alguns dos nossos deputados eleitos pelo distrito e o defendem, deixaram passar em branco as propostas do governo. -----

Propostas extremamente negativas para o distrito, que levaram a uma redução de setenta por cento dos investimentos em relação ao ano anterior. -----

Manifestar também aqui a preocupação em relação a três projectos fundamentais apresentados pelo Partido Comunista Português na Assembleia da República, a remodelação da Estação, a construção da Esquadra da PSP e o viaduto sobre a linha do Leste, acrescentando também outras que diziam respeito ao distrito, como o IC3 e a construção da nova ponte sobre o Tejo na Chamusca. -----

Estas propostas foram votadas da seguinte forma: Bloco de Esquerda e Partido Comunista Português votaram a favor, Partido Social Democrata e Centro Democrático Social abstiveram-se e o Partido Socialista aprovou as suas propostas com os seus votos. -----

Tenho uma declaração que quero apresentar aqui e que vou entregar à Senhora Presidente para entregar ao Senhor Presidente da Câmara: -----

DECLARAÇÃO -----

Dos eleitos da Coligação Democrática Unitária na Assembleia Municipal do Entroncamento -----

Propaganda do PCP -----

“Desde que o PSD gere a Câmara do Entroncamento muitas têm sido as tentativas para limitar a liberdade de expressão no nosso concelho, tentando promover o autoritarismo, passando por cima das Leis da República. Recorde-se o projecto inicial de Regulamento de Publicidade que equiparava a propaganda política à mera publicidade comercial, industrial e de serviços, como se os Direitos, Liberdades e Garantias fossem equiparados à simples promoção de artigos de consumo banais. -----

Num acto, que julgamos pouco reflectido, violou-se a Liberdade de Expressão ao serem retirados os MUPIS das forças políticas. -----

Assim, exigimos a reposição das estruturas/MUPIS ou a sua entrega na sede do PCP. Assim como a devolução de todos os materiais que foram retirados – correntes e cadeados – em perfeito estado de utilização. -----

Os conteúdos dos nossos MUPIS/estruturas removíveis são periodicamente refrescados com propaganda – em função das iniciativas locais, regionais, e sobretudo nacionais. Em cada campanha ajustamos, na rua, o número de MUPIS às necessidades. Desde o início do ano já tivemos várias campanhas: «É com o PCP que Podem Contar»; «É Tempo de Mudar»; «Lutar Por Uma Vida Melhor» (com vários temas sociais); «Almoço do 25 de Abril – Local»; «Denúncia das Medidas do PEC». -----

Aproveitamos para informar, que ainda durante o Mês de Maio vamos colocar na rua, nos locais habituais, (ou noutros) os nossos cartazes (e outros materiais). -----

Nós, no PCP e na CDU, não abdicaremos de colocar a nossa propaganda nas ruas da cidade e de exercer os direitos, que a lei nos faculta em todas as formas de propaganda, designadamente: a colocação dos nossos mupis, autocolantes, pinturas de parede, jornais de parede, faixas aéreas, etc.... -----

Sempre soubemos dosear o direito à Liberdade de expressão e de propaganda com a protecção do património arquitectónico e do meio urbanístico, ambiental e paisagístico. Sempre estivemos disponíveis para deslocar estruturas, por sugestão dos responsáveis camarários, em situações que se reconheça necessária a mudança. -----

Preferimos o diálogo à confrontação, mas, se persistir por parte da Câmara Municipal do Entroncamento este ataque e vandalização das nossas estruturas, recorreremos a outras instâncias, nomeadamente aos tribunais. -----

Os dispositivos constitucionais e legais a todos garantem o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra ou pela imagem, de acordo com as normas fixadas pela lei 97/88 de 17 de Agosto que regula o exercício desse direito (Ministério da Administração Interna – gabinete do Ministro – resposta ao Requerimento nº 1670/X2º de autoria do Deputado Miguel Tiago). -----

Anexamos: -----

- 1 – Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra 4ª Secção relativo ao Processo: 3404/06 1TAVIS. C1 - «Pintura de Murais pela JCP em Viseu»; -----
- 2 – Ministério da Administração Interna – Gabinete do Ministro – resposta ao Requerimento nº. 1670/X2º de autoria do Deputado Miguel Tiago do PCP); -----
- 3 – Parecer da Comissão Nacional de Eleições sobre a Propaganda da Festa do Avante;
- 4 – Nota Informativa da Comissão Nacional de Eleições – Remoção de propaganda do PCP relativo à Festa do Avante ordenado pela Câmara Municipal de Esposende; --
- 5 – Acórdão do Tribunal Constitucional nº. 636/95 e Resumos; -----
- 6 – Parecer da P-GR de 2009-10-09 – Dirigido à Câmara de Santa Cruz e Parecer da P-GR dirigido à CM e AM da Câmara de Lobos – Ambas na Madeira; -----
- 7 – Lei nº 97/88 de 17 de Agosto – Afixação de Mensagens de Publicidade e Propaganda; -----

Os eleitos da CDU.” -----

Para resumir a quantidade de informação, relativamente a um assunto parecido que está a decorrer em duas Câmaras na Madeira, na informação que foi dada pelo Procurador-geral da República, diz o seguinte no ponto quatro: “*A Constituição da República não permite, nem a lei pode prever condicionamentos de licenciamento prévio para propaganda política o que significa uma limitação de carácter administrativo ao exercício de um direito fundamental.* -----

O Regulamento ora em análise ao prever várias formas de licenciamento, autorização e informação prévia e ao sancionar contra ordenatariamente a violação de

tais disposições condiciona ilegalmente o exercício de um direito fundamental, violando flagrantemente o disposto da Constituição máximo o estipulado no artigo trinta e sete.” -----

Continuou **Marisa Parreira**: “ Sobre o Polidesportivo do Bairro da Liberdade, não queremos deixar passar em branco e mostrar o nosso descontentamento. -----

É-nos dito que desde largos anos está num avançado estado de degradação e abandono, é verdade, mas isso é só o reflexo da política de vários executivos, especialmente e em particular do actual pois não é a primeira vez que nos debatemos com esta situação e nunca foi feito nada. -----

É-nos dito também, que o recinto irá transformar-se num parque de estacionamento e o grande argumento, é a proximidade com o parque do Bonito e a necessidade de aumentar o estacionamento no local, vamos esperar para pensar um pouco. -----

Este recinto não tem, nunca teve e não tem que ter, a função que tem o parque do Bonito, que é um espaço para a prática desportiva e informal, sobretudo competitiva, enquanto que este parque, é um espaço de bairro. -----

Pensamos que aquele espaço, aquele recinto, tem que ser requalificado mas para usufruto sobretudo das crianças e famílias, o que achamos ideal é que se faça um parque infantil à imagem e semelhança do parque que fica junto à Coferpor, junto ao Jardim de Infância número dois, um espaço onde as famílias podem levar as suas crianças a brincar a qualquer hora do dia e aproveitar para conviver uns com os outros. -----

O tempo dos espaços livres aonde nós brincamos, já lá vai, por isso, vamos reflectir um pouco, vamos deixar que desapareça mais um espaço que pode ser requalificado em função das necessidades da nossa população, especialmente das nossas crianças em prol de um parque de estacionamento.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Antes de passar a palavra ao Senhor Deputado Henrique Leal, e relativamente à intervenção do Senhor Deputado António Ferreira, ninguém aqui que eu saiba no Município e eu hoje também sou responsável, embora não executiva, sinto-me com uma responsabilidade acrescida, nunca até esta data que eu saiba, se obstruiu à liberdade de expressão das forças partidárias no concelho. -----

Obviamente que, em devido tempo foi solicitado por ofício às forças partidárias que retirassem a sua publicidade nomeadamente matérias que estavam presos com correntes a mobiliário urbano ou em locais que poderiam pôr em causa a visibilidade ao nível da circulação urbana. -----

Quando os ofícios dirigidos às várias entidades não tiveram resposta, passados todos os prazos considerados razoáveis, houve uma intervenção do Município, de forma alguma, em algum momento que eu saiba, foi considerado retirar a voz ou o direito à liberdade de expressão a qualquer força partidária.” -----

Prosseguiu **Henrique Leal**: “ É exactamente sobre este assunto que se vai seguir a minha intervenção. -----

Na reunião de Câmara de dezanove do corrente, o Vereador Carlos Matias perguntou ao Senhor Presidente da Câmara porque é que tinham sido retirados os placard's e por ordem de quem? -----

Respondeu o Senhor Presidente da Câmara que foram retirados pelos serviços da Câmara e por ordem dele, dizendo que, se lhe provassem que a decisão tinha sido ilegal que de imediato a iria corrigir. -----

O nosso protesto e de alguma forma a nossa resposta que venho aqui hoje trazer em especial e depois deixar ao Senhor Presidente da Câmara: -----

“O Bloco de Esquerda vem, por este meio, e na sequência do levantamento dos placard’s de propaganda política, insurgir-se contra este comportamento. -----

O Bloco de Esquerda não aceita e repudia esta atitude pelos seguintes fundamentos: -----

O exercício do direito de liberdade de propaganda encontra-se consagrado no artigo 113º, nº 3 alínea a) da Constituição da República. Este preceito Constitucional estabelece que as entidades públicas ou privadas não podem diminuir a extensão e o alcance do conteúdo deste direito. As restrições a este direito só podem ser feitas por via de lei geral e abstracta e sem efeito retroactivo, nos casos expressamente previstos, sendo que quaisquer restrições deverão limitar-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente consagrados, nos termos previstos no artigo 18º. da nossa Constituição. -----

Por outro lado, a liberdade de expressão garante não só o direito de manifestar o próprio pensamento (elemento substantivo), como também o da livre utilização dos meios através dos quais esse pensamento pode ser difundido (elemento instrumental). –

Acresce que, a actividade de propaganda política, tenha ou não cariz eleitoral, seja qual for o meio utilizado, é livre e pode ser desenvolvida, fora ou dentro dos períodos de campanha, com ressalva das proibições e limitações previstas na Lei nº. 97/88, de 17 de Agosto. -----

No que concerne as regras definidas no artigo 6º e constantes do artigo 4º nº 1 da citada Lei, os critérios a estabelecer no exercício das actividades de propaganda, devem prosseguir os seguintes objectivos: -----

- “a) Não provocar obstrução de perspectivas panorâmicas ou afectar a estética ou o ambiente dos lugares ou da paisagem; -----*
- b) Não prejudicar a beleza ou o enquadramento de monumentos nacionais, de edifícios de interesse público ou outros susceptíveis de ser classificados pelas entidades públicas; -----*
- c) Não causar prejuízos a terceiros; -----*
- d) Não afectar a segurança das pessoas ou das coisas, nomeadamente na circulação rodoviária ou ferroviária; -----*
- e) Não apresentar disposições, formatos ou cores que possam confundir-se com os da sinalização de tráfego; -----*
- f) Não prejudicar a circulação dos peões, designadamente dos deficientes.” -----*

Da análise do referido preceito, verifica-se que os placard’s que foram abusivamente retirados, em nada violam ou desrespeitam as regras definidas nos artigos 6º e 4º da Lei nº 97/88, de 17 de Agosto. -----

Ora, a ordem de remoção dos placard’s segundo a posição da Comissão Nacional de Eleições defende que as entidades apenas podem remover meios amovíveis de propaganda que conflituem com o disposto no nº 1 do artigo 4º da Lei 97/88, quando tal for determinado por via judicial competente ou os interessados, depois de ouvidos e com eles fixados os prazos e condições de remoção, o não façam naqueles prazos e condições, sem prejuízo do direito de recurso que a estes assista. -----

Neste sentido salienta-se ainda o Acórdão do Tribunal Constitucional nº 636/95, publicado no DR II série, nº 297, de 27/12/95: -----

“ Os executivos autárquicos podem não consentir e, por isso, limitar a afixação de propaganda apenas, mediante fundamentação concreta, nos casos expressamente previstos na lei. -----

É necessário justificar e indicar concretamente as razões pelas quais o exercício da actividade de propaganda não obedece, em determinado local ou edifício, aos requisitos previstos na lei... -----

Nestes termos, os órgãos executivos autárquicos não podem mandar remover material de propaganda sem primeiro notificar e ouvir as forças partidárias (artigos 5º, nº 2 e 6º, 2 da Lei nº 97/88), devendo fundamentar nos termos gerais do direito e indicar concretamente e relativamente a cada meio de propaganda cuja a destruição ou remoção seja ordenada, as razões pelas quais o exercício da actividade de propaganda não obedece em determinado local ou edifício, aos requisitos previstos na Lei. -----

Por tudo o que se deixa exposto, o Bloco de Esquerda concede o prazo de 5 dias a este executivo para repor os placard's nos pontos em que se encontravam. -----

Findo tal prazo, que reputamos de suficiente, e nada tenha sido feito, tomaremos as medidas necessárias, nomeadamente avançar com uma participação judicial.” -----

Pediu a palavra **Pato das Neves**: “ Queria apresentar os seguintes requerimentos: REQUERIMENTO -----

“ Gastos em comunicações móveis em 2009 discriminada por mês relativamente a todas as operadoras com quem a CME tem contrato. -----

Pretendíamos igualmente saber a quantidade de telemóveis, por operador, suportados pela Autarquia.” -----

REQUERIMENTO -----

“ A bancada do PS na AM do Entroncamento solicita ser informada da qual o ponto da situação da certificação em qualidade dos serviços da Autarquia muito especialmente no referente ao urbanismo.” -----

REQUERIMENTO -----

“ A bancada do PS na AM do Entroncamento solicita ser informada dos resultados operacionais, referentes ao ano de 2009, do parque subterrâneo da praça Salgueiro Maia.” -----

REQUERIMENTO -----

“ O PS solicita ser informado para quando o regresso do ensino superior ao Entroncamento.” -----

Por último, queria deixar aqui o meu testemunho a título pessoal a: João Henriques que recentemente faleceu e que conheci no pós 25 de Abril de 1974, foi meu Amigo mas sobretudo a ele lhe devo muitos favores enquanto Director dos B.V.E. Lembro por exemplo, que foi ele que ofereceu aos B.V.E. uma ambulância pré hospitalar totalmente equipada com tudo o que de melhor havia na altura. Relembro também os gestos de grande benemerência que teve para com o Hospital da SCM do Entroncamento e da escola de música. De salientar que sempre fez sem procurar qualquer contrapartida tipo redução da zona de protecção da A23. ----- Por isso mesmo, quero deixar, a título pessoal, aqui e agora, este testemunho de grande apreço pelo Mestre João Henriques, fazendo votos para que o Executivo Camarário saiba honrar a sua memória.” -----

Referiu **António Ferreira**: “ Em relação aos placard's, de facto a nossa força partidária recebeu o aviso para retirar a propaganda da rua, quando muitas forças políticas ainda tinham propaganda das últimas eleições na rua. -----

Quando recebemos esse comunicado, já tínhamos outro tipo de propaganda na rua. Portanto, os cartazes foram refrescados com novo tipo de propaganda, com novo tipo de informação à população e portanto entendemos que aquele aviso não era com certeza para nós. -----

Por outro lado, atendendo àquilo que já foi dito aqui e não vou repetir o que já foi dito, os locais aonde se pode colocar propaganda, pergunto aqui como é que se pode considerar a retirada do nosso cartaz da Ponte da Pedra, como é que se pode considerar a retirada do nosso cartaz no acesso ao Centro de Formação da CP, que não colidem absolutamente com nada daquilo que foi dito aqui, aliás a Câmara começou por retirar precisamente esses. -----

Por outro lado, nós sempre estivemos disponíveis quando esses equipamentos que estão na rua, entravam em conflito ou com a visibilidade de uma outra infraestrutura, ou com o movimento dos peões, nós retirávamos esses cartazes e colocava-os em locais mais adequados.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se de seguida à intervenção do público. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

Pediu a palavra **Carlos Mendes**: “ Sou morador no Entroncamento há pouco tempo, cumpre-me dizer que a cidade é adorável, gosto muito desta terra, vivo cá desde Novembro do ano passado. -----

A vida estava-me a correr relativamente bem, eu e a minha família tivemos um acidente muito grave no IC3, no troço entre o nó da A23 e o desvio para o Entroncamento. -----

Porque acho que as circunstâncias podem proporcionar que volte a acontecer, achei por bem expor a um público mais lato e responsável. -----

Aquilo que se passou e que são ingredientes que podem vir a proporcionar novos acidentes são, no meu entender, falta de sinalética visível à noite, principalmente quando chove, que fica um cenário absolutamente escuro, há-de ser bom para ver as estrelas, não é com certeza bom quando se transita, principalmente quando vêm viaturas em sentido contrário, perde-se a noção da velocidade, como devem compreender, aquilo que se vê são as luzes dos veículos e não nos apercebemos da velocidade nem da distância da mesma forma como nos apercebemos de dia, para evitar o acidente. -----

Não conseguindo isso, aquilo que fiz, em última instância, desviei para a esquerda, o que a nível dos seguros pode trazer problemas, mas era aquela que me inspirava mais confiança e foi um instinto animal e que lutei veementemente contra quem pôs em causa esse instinto de sobrevivência. -----

Acho que é possível fazer qualquer coisa, é possível pôr aquelas sinaléticas reflectoras que dão a percepção mais da velocidade e da distância. -----

Sabemos que não é possível pôr iluminação pública em todas as estradas, sei que a estrada não é do concelho, mas acho que o concelho consegue fazer qualquer coisa fora dos seus limites e é por isso que eu aqui venho.” -----

Entrou-se de seguida na Ordem dos Trabalhos: -----

ORDEM DOS TRABALHOS -----

PONTO NÚMERO UM -----

ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA A.LOGOS (ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE APOIO E ENSAIOS TÉCNICOS) -----

Interveio **Manuel Domingues**: “ Quanto à questão dos estatutos, pela nossa parte é pacífica a sua aprovação. -----

Há um pequeno reparo a fazer quanto a este tipo de Associações. -----

Sobre esta Associação o que me apraz dizer, eu nem sequer sabia da existência desta Associação, nem da participação da Câmara do Entroncamento na mesma. -----

Penso que nós como membros da Assembleia, deveríamos ter conhecimento da existência destas associações e da participação da Autarquia nessas mesmas associações -----

e gostaríamos de conhecer os custos que implicam a participação da Autarquia na mesma, assim como, conhecer os benefícios que o Município usufrui pela participação na referida Associação. -----

Parece-nos que seria de boa prática, que este tipo de associações elaborassem um relatório anual de actividades, que deveriam apresentar às Autarquias participantes na Associação e o Município deveria dar conhecimento à Assembleia Municipal.” -----

Continuou **Rui Gonçalves**: “ Tenho aqui para distribuição nas bancadas um folheto que está exposto há várias semanas em diversos serviços da Autarquia, que diz exactamente o que é a A.LOGOS.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “ Este tipo de associações são indispensáveis até porque envolvem redução de custos por parte das Autarquias. -----

Tenho uma questão a colocar e que é esta: Até que ponto estas associações não podem ser englobadas na Comunidade Intermunicipal. -----

É evidente que há interesses em jogo de algumas Autarquias que entraram com o capital para esta associação e há outras que estão como simples associadas. -----

Achamos que isto foi a única forma de as Câmaras poderem resolver uma série de problemas de uma forma mais barata.” -----

Luis Grácio referiu: “ A minha intervenção vem um pouco no mesmo sentido, até porque a A.LOGOS tem um site e de facto é interessante porque a actividade que realiza é muito importante para as Autarquias, nomeadamente nas análises microbiológicas e outras, parece-me que tem todo o interesse, quer na participação da Autarquia porque quando há a necessidade de fazer alguma análise deste tipo, é muito mais económico serem as Autarquias a terem alguns meios para as realizar, do que estar a recorrer a laboratórios particulares. -----

A sugestão que o deputado António Ferreira levantou, acho que é interessante, tem a ver com os associados da A.LOGOS.” -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora **Presidente da Assembleia**, colocou o ponto número um à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----

O ponto número um “ **Alteração dos Estatutos da A.LOGOS (Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaios Técnicos)**, foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

Passou-se de seguida ao ponto número dois da ordem dos trabalhos. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2009 DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO. -----

Rui Gonçalves referiu: “ Em primeiro lugar, estamos aqui para analisar um documento meramente técnico, que relata fielmente aquilo que se passa em termos financeiros na Autarquia. Trata-se de um documento excelentemente concebido pelos serviços da Autarquia, como de resto nos têm habituado. -----

Em segundo lugar, ao efectuarmos a análise deste documento, salta à vista um resultado negativo de € 1.104.177,08. Dissequemos no entanto este resultado. -----

Cerca de dois terços das Câmaras Municipais do país apresentam resultados operacionais negativos no ano de dois mil e nove. No nosso caso particular, o IMT Imposto Municipal sobre Transacções Onerosas de Imóveis sofreu uma quebra de €980.629,19, ou seja, menos 54,97% do previsto. -----

As licenças de urbanização e loteamentos, (principal fonte de rendimento imposta pela Lei das Finanças Locais) são no mínimo diminutas. -----

A aduzir a estes factos, temos o QREN, o malfadado QREN, que não vê maneira de chegar aos cofres do Município. Neste momento contabilizados e facturados encontram-se € 1.932.217,34 em dívida, dívida do Governo para com o Entroncamento.

Ora se esta verba tivesse dado entrada nos cofres da Autarquia, como deveria, estaríamos a olhar para um cenário manifestamente diferente! A dívida a fornecedor diminuiria consideravelmente provocando com isso um superavite no Endividamento Líquido, ao invés de um défice de € 912.460,48. -----

Por outro lado o Activo Líquido da Autarquia continua em crescendo, atingindo este ano € 45.051.396,72, um aumento de 7,34%, ou seja cerca de €3.000.000.-----

De referir também que o Investimento/Área do Município efectuado, no valor de € 461.494,33, foi o maior de sempre! O Investimento/população, no valor de € 281,13 é o segundo maior de sempre, apenas superado pelo de 2004, no valor de € 302. -----

Tudo dito e exposto chegamos a uma só conclusão! -----

O Governo não honra os seus compromissos perante o Município e este acaba por se apresentar em dívida, o que se reflecte neste documento que agora nos é colocado para análise. -----

Honradas que sejam as transferências do QREN, não resta dúvida que esta Prestação de Contas seria manifesta e indubitavelmente positivo em termos financeiros, pelo que esta bancada lhe dá o seu voto favorável.” -----

Prosseguiu **Manuel Domingues**, que leu a seguinte intervenção: -----

“Solicitamos mais uma vez que nos seja fornecido um exemplar destes documentos em papel dado que a sua análise em suporte digital é praticamente impossível. -----

Ao analisarmos o Relatório de Gestão verificamos que determinadas rubricas da despesa são discriminadas com bastante pormenor, o que não se verifica com outras. ---

Por exemplo, na página 44, na rubrica “Aquisição de bens” é mencionada uma despesa de 486.32 euros em produtos químicos e farmacêuticos, mas depois não é feita a discriminação do gasto de 458.939.96 euros, destinando esta verba apenas a outros bens. O mesmo se passa em relação à verba de 1.319.538.56 euros destinada a outros serviços. -----

Dado que se trata de verbas bastante avultadas gostaríamos conhecer com mais pormenor os fins a que se destinam. -----

A explicação dada na página seguinte sobre estas rubricas não é suficiente. -----

Sobre as contas que nos são apresentadas constatamos o seguinte: -----

De acordo com o quadro apresentado na página 13 o valor total das receitas obtidas é de 11.482.151,21 euros, sendo 9.890.169,80 euros, referentes a receita corrente e 1.591.981,41 euros referentes a receitas de capital. -----

O valor total das despesas facturadas, de acordo com o quadro da página 38 foi de 11.442.106,29 euros, referentes a despesas correntes e 9.668.038,35 euros de despesas de capital o que totaliza 21.110.144,64 euros. -----

Verifica-se pois um saldo negativo de 9.627.993,43 euros. -----

As despesas ultrapassaram as receitas em 84% . -----

Esta situação deveria ter sido evitada até porque o endividamento verificado em 2009 se fica a dever, sobretudo à execução de algumas obras que poderiam perfeitamente aguardar por melhor oportunidade e a única justificação para a sua realização foram as eleições autárquicas. -----

Ao analisarmos as receitas de que a autarquia dispõe verificamos que as mesmas não permitem sequer fazer face às despesas correntes de cada ano e por isso será praticamente impossível fazer a amortização dos empréstimos já contraídos. -----

A manter-se este tipo de gestão veremos a dívida autárquica aumentar exponencialmente nos próximos anos. -----

Não podemos também deixar de referir o aumento que se verifica nas despesas correntes nomeadamente na despesa com pessoal que passou de 4.458.109,65 euros em 2007 para 4.914.939,38 euros em 2009 ou seja um acréscimo de 10% em apenas 2 anos. (quadro de página 88) -----

Pelo que nos é dado a conhecer da forma como a autarquia tem sido gerida não podemos aprovar este documento e por isso votaremos contra.” -----

Continuo **António Ferreira**: “ A Coligação Democrática Unitária vai apresentar uma declaração depois da votação, apresentaremos depois à posterior. -----

Queria chamar a atenção para algumas questões, algumas delas já foram aqui referidas e vou tentar passar por cima delas. -----

De facto o resultado negativo de exploração a Câmara já há uns anos que não nos tinha habituado a uma situação dessas. -----

Por outro lado, o IMT teve uma queda enorme, como já aqui foi referido, assim como as licenças de loteamentos e obras, que teve uma taxa de execução de quarenta e sete vírgula cinquenta e um por cento o que reflecte a situação que se vive no imobiliário. -----

Como no nosso concelho, nós deixamos ao longo dos anos a ficar dependentes do imobiliário, não incentivamos os sectores produtivos e estão aqui as consequências. Isto deve-nos fazer reflectir em termos de futuro. -----

Em termo do IMI, quando são as famílias a pagar conseguimos executar aquilo que estava previsto, embora com uma pequena queda em relação ao ano anterior, de cento e setenta mil euros, mas isso já nós tínhamos planeado essa queda. -----

Esta área resistiu bem, as famílias quer estejam em crise ou não, têm que pagar sempre, o que é mau também porque é com muita dificuldade que algumas famílias pagam este imposto. -----

Na água que é um bem essencial, houve uma quebra de vinte e tal por cento. -----

Nos recursos humanos houve uma baixa, não nos esqueçamos que a Câmara está a utilizar outro estratagema que é ir buscar recursos humanos através de protocolos com as freguesias. -----

Em relação à questão da forma como são planeados as receitas e despesas, nós temos que ter em conta dois factores. Um deles, não podemos estar eternamente pendentes do QREN, nem podemos eternamente andar a inflacionar receitas com hipotética venda de terrenos e de outras coisas para inflacionar o orçamento. -----

Por outro lado, a despesa de capital continua a ser baixa, mais elevadas do que nos últimos anos, no entanto há aqui uma questão, é que esta despesa de capital conseguisse à custa de dois factores, o empréstimo que nós recorremos ao Banco e por outro lado o endividamento a terceiros, a fornecedores e esses têm que aguentar parte dessa dívida. -----

Os resultados descambaram tanto ao nível das despesas correntes, como nas receitas de capital e nos gastos nestas áreas. -----

Não sei se sabem, o total da dívida ultrapassa já os quinze milhões de euros, o que significa um aumento em relação ao ano anterior, de quase trinta e cinco por cento.

Repito só para concluir, culpas do QREN, do Governo que anda preocupado com outras coisas desde dois mil e sete e as perspectivas de funcionamento, só agora podem arrancar ou não. -----

Não devem ser inflacionados os orçamentos com as receitas que nós não temos a certeza de as realizar em anos de crise.” -----

Luis Grácio referiu: “ Uma pequena observação inicial, o Senhor deputado Rui Gonçalves fez referência que este documento seria um documento para ser analisado meramente pela ordem técnica, permite-me discordar. -----

De facto a análise que aqui é feita nesta Assembleia, é uma análise política, da análise técnica, mal seria que do ponto de vista técnico os documentos estivessem errados. -----

Do ponto de vista político, tem a ver com as opções que se tomam e as opções são variadas de acordo com as forças políticas, cada qual tem as suas propostas e projectos e portanto, é nesta base que a discussão nesta óptica deve ser feita. -----

A dívida do Município tem muito a ver de facto com a política do Governo, nomeadamente com a questão dos Fundos Comunitários que não têm chegado convenientemente aos projectos que estão em curso o que obriga a Autarquia a endividar-se para poder avançar com os projectos que estão aprovados, mas não é só o Governo que tem implicações na dívida do Município, porque se tem endividado sem ser em dívida de capital, a dívida a fornecedores aumentou e a dívida a fornecedores grande parte dela não é de fornecedores de imobiliário. -----

Nós temos aqui algumas pequenas observações e uma dúvida em relação às contas, e se o Senhor Presidente pudesse esclarecer agradecemos. -----

A primeira observação que queremos registar e já foi aqui feita referência, ao saldo negativo do exercício, de facto o momento económico é difícil e essa dificuldade agrava as contas de todos, famílias, empresas, Autarquias. -----

A Autarquia do Entroncamento sofreu o ano passado com isso, mas não foi só o agravamento da situação económica, foi também as opções que se tomaram, estávamos em ano de eleições, o que significava fazer trabalho que se visse e faço referência nomeadamente à requalificação urbana, a Praça da República, o Largo José Duarte Coelho, etc. tudo um conjunto de iniciativas que evidentemente tiveram que fazer aumentar a dívida da Autarquia. -----

Para além disso, houve de facto uma queda das receitas previstas, nomeadamente o IMT é tudo fruto naturalmente da crise que atravessamos, há menos vendas de casas e portanto inevitavelmente se vai reflectir nas receitas previstas pela Autarquia. -----

Já o IMI como já aqui foi referido, não teve essa quebra de previsão na cobrança, pelo contrário, demonstrou que ele tinha potencialidades, aliás, a tendência do IMI é mesmo para vir a crescer por razões óbvias, muitas famílias vão deixar de ter isenção e portanto, o IMI vai aumentar a sua base de incidência. -----

A Autarquia assim que tiver condições para isso, de ter isso em consideração para puder aliviar um pouco a carga sobre as famílias, porque se o IMI aumentar há possibilidades de fazer uma partilha que muito honraria o Município. -----

A dívida a curto prazo é que de facto aumentou de uma forma a quase geométrica, passou de cerca de três milhões e seiscentos mil euros, para seis milhões e cinquenta e um mil euros, o que é preocupante. -----

A dívida a médio e longo prazo tem a ver com os projectos de investimento, com empréstimos ao Banco, digamos que é mais fácil a sua gestão, do que a dívida a curto prazo porque há compromissos face ao fornecedores e esses de facto devem ser cumpridos, quando se reflectem sobre pequenas e médias empresas. -----

Também já em sede de orçamento, fizemos referência que muitas vezes são inflacionadas algumas rubricas sem perspectivas de serem concretizadas, estou-me a referir concretamente à venda de terrenos. -----

A venda de terrenos aparece sempre como uma grande fonte de receitas e acaba sempre, por na prática, ter uma fraca realização. -----

O que nós constatamos é que as opções da maioria do Partido Social Democrata na Câmara, são de facto muito diversas daquelas que nós apresentamos e que nós defendemos, o Partido Social Democrata preferiu no ano de dois mil e nove trabalho que se visse para as eleições, abandonou a perspectiva da Biblioteca Municipal, da Casa da Juventude, do Centro de Convívio da Terceira Idade da Zona Sul, etc. para já não falar do que se passou relativamente à cultura, que é sempre um dos parentes mais pobres desta Autarquia, que o Cine-Teatro ficou descuidado de tal maneira, que está como todos nós sabemos, que é inoperacional. -----

Também em relação aos espaços verdes há algo a dizer, eu andei a tirar umas fotos interessantes, que farei chegar aos serviços da Assembleia, que depois poderão distribuir pelas bancadas e fazer chegar à Câmara. Há uma série de zonas verdes que foram implementadas no concelho, nomeadamente na zona norte aonde há mais degradação, estão completamente degradados, entre o CERE e o Casal do Grilo existia ali um pequeno jardim, está completamente abandonado, o ringue do Bairro da Liberdade já aqui falado, está completamente destruído e abandonado, os ringues do Casal Saldanha, estão completamente destruídos, aquilo não tem o mínimo de utilização e uma série de pequenas zonas verdes que poderiam ser uma zona de lazer para a população e que estão completamente abandonadas. -----

São estas as observações que nós temos a referir, de facto como contraponto das opções que são tomadas e que nós não aceitamos nem concordamos com as opções tomadas e portanto vamos votar contra este documento.” -----

Não havendo mais intervenções, vou colocar o ponto número dois à votação.” –

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois “ **Prestação de Contas – Exercício Económico de 2009 do Município do Entroncamento**” foi aprovado por maioria, com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e onze votos contra, sendo seis votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

Declaração de Voto da CDU – Contas 2009 -----

O resultado negativo de exploração no montante de 1.104.777,08€, a queda das Receitas sobretudo por via dos Impostos Directos (onde se destaca o incumprimento do IMT - 808.563,13€) e a não concretização de receitas de capital, caracterizam um modelo anacrónico e errado de gestão concelhio. -----

O IMI e a CA, apesar da taxa do primeiro ter descido de 0,8% para 0,7%, cumpriram e suplantaram o orçamentado (mais 1.884,66€). Em termos comparativos de evolução do IMI atingiram-se os valores de 2007. Uma queda inferior a 170 mil euros, relativamente a 2008, que contraria a opinião que apontava para uma queda de 600 mil euros. Assim, era possível uma taxa de 0,6%, no IMI, sem significativa diminuição dessas receitas. As quebras nas receitas de IMI têm sobretudo a ver com as dificuldades das famílias e os pedidos de isenção às finanças, previsto para a população pobre. Esperávamos que tal acontecesse. -----

A paralisia nas receitas de Loteamentos e Obras - 47,51% e do IMT, significativas fontes de financiamento da CME, fazem-nos reflectir sobre o actual paradigma de

desenvolvimento concelhio assente na especulação imobiliária e o sobre o papel da CME no abandono e no desleixo das actividades produtivas locais. -----
As dificuldades dos munícipes são, também, visíveis por exemplo na venda de água que sofreu uma quebra – certamente devido às dificuldades extremas de muitos agregados familiares. -----

O Recursos Humanos camarários diminuíram, para cumprir os limites da Lei, mas por via de protocolos com as freguesias contorna-se a sua falta. Haja trabalho para quem necessita! -----

Voltamos a chamar à atenção para a falta de rigor com que são planeadas as receitas de capital. Dizíamos, em sede de orçamento, que “as receitas de capital estavam inflacionadas”. Os sucessivos atrasos do QREN e o inflacionamento das receitas de capital levaram a uma taxa de execução de 29,79%, absolutamente condenável dos pontos de vista técnico e político. -----

A taxa de execução da Despesa de Capital - 45,43%, para eleitor ver em vésperas de eleições, só foi possível devido à contracção de empréstimos, que nós CDU aprovamos, aliás, como as restantes forças políticas para pagar as dívidas às empresas credoras, que esperavam e desesperavam para pagarem os salários aos seus trabalhadores. -----
Enquanto isto o Governo, esse, continua a fazer orelhas de mercador, a assobiar para o lado, ou em casamentos de Blocos Centrais, incapaz de meter a funcionar um QREN com anos de atraso. -----

Mas o executivo da CME não deixa de ter culpas! -----
É urgente inverter o actual paradigma de desenvolvimento local com uma economia que assente em sectores produtivos locais e nas poupanças das receitas correntes camarárias para pagar dívidas e efectuar investimentos com retorno económico e social. -----

O resultado do exercício contabilístico de 2009 não salvaguarda o Princípio de Equilíbrio Financeiro - Despesas Corrente: Compromisso – 11.642.103,62€ e Facturado – 11.442.166,29€ e os Pagamentos foram – 9.808.945,94€. Um rombo com consequências futuras para o município e os credores. Daí a derrapagem da Dívida, que nem com a regularização do QREN porá nos eixos as finanças do município. A Dívida de Curto Prazo aumentou 44,24% de 3,6 milhões euros para 6,0 milhões euros. O total da dívida disparou 34,85% e encontra-se agora nos 15, 176 milhões de euros. Não concordamos... Por isso votamos contra. -----

Por outro lado, -----
A Câmara Municipal de Entroncamento e as outras câmaras não podem continuar a esperar por um “D. Sebastião”, agora sob aspecto europeu, com os bolsos a abarrotar de euros. Os fundos europeus vão minguando... se esta Europa não der uma volta, acaba-se a miragem do “El Dourado”. Não havendo nada para ninguém, não nos resta mais que cairmos na realidade e encontrarmos um novo modelo de desenvolvimento local mais eficiente. -----

Passou-se ao ponto número três da ordem dos trabalhos. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO. -----

Pediu a palavra **Henrique Leal**: “ Numa vista de olhos detalhada acerca deste relatório pelas diversas áreas, queria deixar aqui uma breve nota na área da educação. ---

Qual é o ponto da situação em relação ao desdobramento dos horários nas escolas básicas, tanto quanto sei, a última vez que tive contacto com a realidade da situação era bastante preocupante, havia crianças a entrar de manhã às oito horas e a sair à uma hora

e outras a entrar à uma hora e a sair às seis horas, na altura cerca de um terço das crianças estavam abrangidas por este regime, que é um regime de excepção e com um terço das crianças abrangidas parecia-me uma excepção um pouco abusiva. -----

A minha única questão neste momento e em relação a este relatório é saber se no meio deste prestar de contas, da festa do Carnaval, do ensino à distância, das feiras de artesanato e da orientação escolar na secundária e outras questões interessantes que estão aqui apresentadas, qual é o ponto de situação em relação a esta matéria.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “ Já aqui foi referido a questão da A.LOGOS, em que alguns deputados não têm informação nenhuma de uma associação a que estamos ligados há muitos anos, ou seja, não chega aqui qualquer informação sobre o tipo de actividades que têm, sobre os pagamentos que a Câmara faz para essa associação. -----

Mas não só em relação a essa associação, a RESITEJO, o Museu Nacional Ferroviário, a própria Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, que a Lei obriga a informar periodicamente a Assembleia Municipal das contas e das actividades que desenvolvem, nós devemos ter informação sobre estas associações.” -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Vestindo uma camisola que não é de Presidente da Assembleia Municipal do Entroncamento, relativamente à questão que foi colocada nomeadamente da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, devo dizer que estou a aguardar que se cumpra uma ordem que dei no sentido de que, fosse dado conhecimento a todas as Assembleias Municipais das deliberações relativas à última Assembleia, nomeadamente no que respeita às contas. -----

Parece que, vou ter que ter intervenção a outro nível junto da Senhora Administradora Executiva, porque até à data os documentos ainda não chegaram. “ -----

Respondeu o Senhor **Presidente da Câmara**, às questões colocadas: “ A deputada da Coligação Democrática Unitária, falou aqui sobre o parque desportivo do Bairro da Liberdade, em que iria fazer um parque de estacionamento, por estar perto do parque do Bonito, não, foi dito que há infraestruturas coladas com o Bairro da Liberdade que são duplicadas com as que há e estão à disposição das pessoas no parque do Bonito, foi isso que foi dito e não foi dito que se fazia o parque de estacionamento porque estava perto do parque do Bonito como foi aqui dito. -----

Isso é uma mera opinião minha e dos elementos que compõem neste momento a bancada do Partido Social Democrata, não quer dizer que isso venha a acontecer, se não houver Fundos Comunitários para isto é claro que não vamos intervir. -----

Só será objecto de intervenção e será posta a análise da Câmara, se houver Fundos Comunitários, de facto o parque infantil nunca reuniu condições para ter esse nome desde que fui Vereador e Presidente de Câmara. -----

Foi falado aqui da publicidade e nesse aspecto posso falar já da publicidade estou à vontade para o fazer, que foi mandada retirar dos postes que estavam acorrentados e do mobiliário urbano. -----

Foram avisados os Partidos por escrito com uma informação da fiscalização, que referia o artigo da Lei a que isso se reportava, para retirar e explicou-se o porquê, porque evidentemente não têm que estar acorrentados a mobiliário urbano. -----

Salvo melhor opinião, nós estamos na disposição que é isso que a lei diz, dar-nos conhecimento de aonde é que querem pôr, porque de facto a liberdade tem deveres e tem direitos, e portanto, avisarem aonde é que pretendem pôr e têm que ser autónomos, não têm que pôr no mobiliário urbano isso eu não deixo, a não ser que, e isso assumo já aqui, o Tribunal ou outra entidade diga, o senhor tem que deixar colocar. -----

Não deixo pôr agarrado ao mobiliário urbano, com correntes a postes eléctricos, postes de iluminação pública, aos postes de placas direccionais. -----

Quero-vos dizer aqui, que disto o Partido Socialista não falou, porque de facto cumpriu, o Partido Social Democrata cumpriu, o Bloco de Esquerda e a Coligação Democrática Unitária não cumpriram, deixou aonde qualquer invisual pode chocar, são placas que não estão devidamente sinalizadas, ficam nas praças públicas, não estamos disponíveis para isso e portanto assumo, não vale a pena virem a fazer ultimatums de cinco dias, porque assumo aqui perante os senhores que essa parte farei cumprir. -----

Quero dizer, como não podia deixar de ser, não os vamos pôr aos Partidos, a não ser que nos obriguem também através do Tribunal, estão nos estaleiros Municipais, foram recolhidos para aquele local. -----

Foram dados quinze dias em Novembro de dois mil e nove para retirarem os placard's, estão aqui os ofícios todos da fiscalização, mesmo depois de telefonemas do Vice-Presidente, mesmo depois de chamadas de atenção em particular ao senhor Vereador, por mim próprio, é claro que não cumpriram. -----

Na Prestação de Contas, foi falado no QREN, todos nós sabemos que em relação às contas, eu admito perfeitamente que se diga que foram em termos eleitoralistas, foi em dois mil e nove, não foi nada, foi em Dezembro de dois mil e sete, em Janeiro de dois mil e oito todas as obras foram lançadas, porque o QREN começou em dois mil e sete e também quero dizer aqui, reafirmar o que tenho dito no passado, foram aprovadas por unanimidade, excepto a Escola de Segurança e Educação Rodoviária, em que o Bloco de Esquerda votou contra. -----

Quando se fala em termos eleitoralistas, não ficam bem porque toda a gente aprovou. -----

Falou-se aqui do QREN e dizia o Senhor Deputado António Ferreira, que não podemos estar sempre eternamente dependentes do QREN, é claro que não, ele há-de ter um fim, agora enquanto ele estiver em vigor temos que depender dele e aonde houver um centímo o Entroncamento está lá a bater à porta. -----

Se no passado eram totalmente contra porque se perdia os Fundos Comunitários, agora somos contra porque vão buscá-los, não, e quero dizer que estarei em todas porque o ser cumpridor, o procurar ser rigoroso nas contas, não trás benefícios nenhuns a não ser para a consciência dos políticos, porque o Governo premeia sempre os infractores. -----

Em termos do parque escolar, a Câmara pediu um empréstimo para a escola que está a fazer na zona sul da cidade, e só fomos excepcionados do endividamento na parte ilegível, a outra parte não contou, todas as Câmaras que já tinham superado e ultrapassado o endividamento, foram todas elas excepcionadas, voltaram a ser premiadas, o que é uma perfeita vergonha, assumo isto em qualquer lado, isto é premiar os infractores, não tenho nada contra os meus colegas que recebem essas benesses do Governo, agora a Câmara do Entroncamento é penalizada. -----

Se nós temos um milhão e novecentos mil euros para receber, como agora a nossa participação é a oitenta por cento, eventualmente iremos receber quatro milhões de euros com obra feita e como é que ficamos em termos de endividamento igual ao passado. -----

Devo esclarecer as pessoas, isto aconteceu há dois ou três dias, dantes a política era boa porque estava entregue ao Bloco de Esquerda, neste momento não está entregue em termos da cultura, portanto é ruínosa. Em relação ao Cine-Teatro, a Câmara pensou e organizou-se, para em todo o QREN as obras dentro do espaço temporal do QREN, agora vieram dizer que não, o que lançarem até Dezembro recebem oitenta por cento, o que não lançarem não recebem, então toda a gente anda à procura de fazer projectos. ---

Nós tínhamos no contratualizado no Médio Tejo um milhão e cinquenta mil euros, para o Cine-Teatro e porque é que tínhamos essa importância e optámos por outras coisas, porque não pudemos reforçar o Cine-Teatro, porque os regulamentos dizem que a valor de referencia para um Cine-Teatro é de oitocentos mil euros e para material técnico duzentos e cinquenta mil euros, portanto não há hipótese de fazer melhor. -----

Para os senhores terem uma noção, o projectista que está a fazer o do Entroncamento, esteve a fazer o de Loulé, só em material técnico é um milhão e novecentos mil euros, só para terem uma noção de como é diferente de uns lados para os outros. -----

O telhado estava mal, mas veio a intempérie de Fevereiro e uma parte do telhado deslocou-se, primeiro estão as pessoas, procurámos empresas para pôr um telhado de imediato numa primeira fase e o resto seria numa segunda fase, estamos proibidos. -----

Em relação ao espaço nas traseiras do CERE, todos sabemos que o espaço não é nosso, há um litígio com os antigos loteadores do passado, que ainda não se conseguiu resolver esse processo. -----

Em relação ao ringue do Bairro da Liberdade e outros, têm que ser desactivados até haver condições. -----

Sobre a situação dos horários nas escolas, sei que o senhor está a fazer isso para conhecimento dos outros, o senhor conhece em pormenor, foi dos indivíduos que esteve aqui na carta educativa, neste momento como estamos neste afogadilho a Câmara está a tratar porque é importante, queremos fazer duas escolas, na número um queremos pôr as salas necessárias para que as crianças tenham a escola e as aulas em condições e a número três, entendo que o espaço é exíguo, para duplicar e meter um jardim de infância lá dentro e portanto entendo que deveria ser feito uma escola nova. -----

Mandei fazer um projecto para uma escola nova e os dois projectos estão a decorrer e mandei fazer quando o Governo veio dizer, particularmente o Senhor Primeiro Ministro, para escolas não falta dinheiro.” -----

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia, deu por encerrada a sessão quando eram vinte e duas horas e cinquenta minutos. -----

A presente acta, depois de lida e visada pelo primeiro Secretário, vai por ele ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

A Presidente da Assembleia:

O 1º. Secretário:

A 2ª. Secretária: